

Rangel critica ação indigenista do clero

Da Sucursal de
BRASÍLIA

"A posição da Igreja Católica é sonhadora, feudal e atrasada com relação aos índios. Além disso, não acredito na boa fé de uma minoria religiosa que se diz defensora dos humildes, encarando o governo como perseguidor da população menos favorecida" Esta é a opinião do ministro Rangel Reis, do Interior, ao declarar-se, ontem, contrário à participação de missões religiosas no desenvolvimento de comunidades indígenas.

Apesar de afirmar que "existem, ainda, elementos religiosos que em muitos casos agem de maneira estranha, ficando do lado dos subversivos". Rangel Reis fez questão de frisar que a cúpula da Igreja tem mantido um diálogo permanente com o governo. Para ele, apenas alguns padres e bispos colocam as coisas de forma difícil, tentando quebrar esse bom relacionamento, deturpando a ação governamental. "Gostaríamos que houvesse maior reflexão por parte desses membros da Igreja Católica que estão causando essa dificuldade de entendimento" — acrescentou.

Sobre o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o ministro disse que nunca viu uma proposição construtiva do órgão em termos de desenvolvimento de comunidades indígenas. Segundo ele, essa entidade tudo deturpa e tudo coloca de maneira absurda. Por esses motivos, continuará impedida a entrada de seus elementos em áreas dos índios. Disse ainda, que não reconhece o Cimi como porta-voz de "coisa nenhuma dentro da Igreja", nem técnica, nem espiritual, nem de desenvolvimento da sociedade. "Pessoalmente, não reconheço a existência desse conselho como órgão capaz de contribuir com qualquer coisa".

Na opinião de Rangel Reis, a missão religiosa nunca cuidou do índio, visando o seu progresso. Os missionários, segundo ele, querem é catequisar e ensinar religião, deixando o indígena em situação miserável. "Por isso, a partir do próximo ano, muita coisa será modificada na Funai, embora não seja possível realizar tudo nesse governo, porque a mudança necessária corresponde a vários anos de erros acumulados".

Em 1977, o Ministério do Interior pretende afastar das áreas indígenas qualquer trabalho de missões, protestantes ou católicas, e, também, não permitir a participação de colaboradores que não sejam da Funai. Para isso, será estabelecida uma fiscalização "rigorosíssima" em toda e qualquer missão religiosa. "Se quiserem cooperar — acrescentou Rangel Reis — terão de realizar uma cooperação exatamente dentro da política do governo, que é a de emancipação progressiva".

Outras metas: a emancipação progressiva de várias comunidades indígenas e uma revisão no sistema de ensino bilíngue. Rangel Reis considerou o ensino bilíngue um erro, uma perda de tempo e de dinheiro. A partir de 1977, esse sistema será modificado, o índio aprenderá apenas a língua portuguesa, deixando por conta própria a preservação de sua cultura. Para o ministro, é "maldade" exigir que meninos de 6 ou 7 anos sejam alfabetizados em duas línguas. "Qual o objetivo disso?" — perguntou.

Com relação à emancipação progressiva das comunidades indígenas, o ministro garantiu que "ninguém cometerá loucuras", uma vez que o desejo do presidente Ernesto Geisel é que, em 1977, os Ministérios do Interior, Educação, Justiça, Saúde, Trabalho e Previdência Social se unam num "esforço concentrado" para realizar, em todas as áreas indígenas, um trabalho que melhore a situação de vida da população indígena do país, que é de 220 mil pessoas. "Nada me convence que os índios vivem felizes nesse sistema ultratrasado. Não iremos mexer com os habitantes do Parque do Xingu por que eles se encontram em estágio diferente e ainda não tiveram contato com os civilizados" — explicou.

A situação dos suruis em Rondônia — continuou o ministro — "dá pena, eles são maltrapilhos, vivendo em total miséria que os deixa híbridos e não são nem índio em seu estado natural nem seres civilizados." Rangel Reis não admite o fato de nessa área o índio ficar com uma arma na mão em andrajos, sem uma roupa direita, as crianças abandonadas e sem escolas, a 10 quilômetros de distância da comunidade civilizadas. Índio, nessas condições acaba sendo empregado de outros,